

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AGRICULTURA, E CAPITALISMO

William Héctor Gómez¹

RESUMO

Neste artigo pretendemos chamar a atenção sobre algumas contradições existentes no debate travado entre diversos autores nacionais e estrangeiros sobre o desenvolvimento sustentável em geral, e em particular sobre a agricultura sustentável.

Um dos aspectos contraditórios desse debate refere-se à possibilidade ou não de construir uma sociedade sustentável em harmonia com a racionalidade econômica do capitalismo.

ABSTRACT

This article bring into focus some existent contradictions in the discussion held among several authors from Brazil and abroad about sustainable development and, in particular, about sustainable agriculture.

One of the contradictory aspects is related to the possibilities of building, or not, a sustainable society in harmony with the economic rationality of capitalist system.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é colocar alguns questionamentos e dúvidas em relação ao debate recente sobre desenvolvimento sustentável em geral e em particular no que se refere à denominada "agricultura sustentável". Interrogantes que podem servir de pistas para a pesquisa científica.

¹ Economista e Mestre em Extensão Rural. Professor do Depto. de Ciências Econômicas da UNISC

Um primeiro aspecto que consideramos importante discutir é quem são os atores sociais chave do desenvolvimento sustentável. Dentre os autores brasileiros e estrangeiros que discutem a agricultura sustentável predomina a idéia de que é a *agricultura familiar* o ator social que, por suas características (diversificação produtiva, lógica de subsistência) e por sua forma de se relacionar com a natureza, tem as condições de realizar a passagem para um modelo de desenvolvimento sustentável.

Um segundo aspecto refere-se à relação entre os conceitos de *equidade social e desenvolvimento sustentável*. Nesse ponto também, como veremos mais adiante, há divergências entre os autores. Há quem argumenta que o desenvolvimento sustentável é um meio enquanto que para outros é um fim em si mesmo. Para o primeiro grupo, o desenvolvimento sustentável deverá criar as condições para atingir uma sociedade mais igualitária ou se se quer uma sociedade menos injusta, ou seja, para estes a equidade social é uma característica inerente da sustentabilidade. Para o segundo grupo, o desenvolvimento sustentável seria o fim desejado, ou seja o desenvolvimento sustentável estará realizado quando for possível produzir sem destruir os recursos naturais e obter produtos "limpos" de agrotóxicos. Nesse caso a equidade social não seria indispensável.

No Brasil o modelo de desenvolvimento da agricultura moderna instalado desde a década de 1940, tem se baseado em altas taxas de produtividade proporcionadas pela introdução de máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, sementes híbridas, venenos químicos e mais recentemente na biotecnologia. Somente nos últimos anos vem se reconhecendo o impacto ambiental desse tipo de desenvolvimento: destruição dos solos e florestas, contaminação do ar, rios e mares. Soma-se ainda os problemas de saúde provocados pela intoxicação dos produtores trabalhadores agrícolas devido ao uso de agrotóxicos.

A nível mundial o desenvolvimento agrícola enfrenta o maior desafio da história da humanidade. No próximo século a produção de alimentos terá que deixar de agredir ao meio ambiente, sem perder a sua eficácia. Por enquanto, a demanda de alimentos para satisfazer as necessidades dos indivíduos continuará a depender de práticas produtivas que destroem os recursos naturais.

Do anteriormente exposto se deriva que o modelo de desenvolvimento vigente, que tem como objetivo central a obtenção de altas taxas de produtividade, deva ser reorientado, preservando os agroecossistemas a fim de combinar a produção de alimentos e fibras com a sustentabilidade. Trata-se de entender a agricultura como uma totalidade que implica considerar as diversas

relações de interdependência entre produção, consumo de energia, fauna, solos, florestas e os seres humanos.

Nos últimos anos tem se intensificado o debate pela sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social por parte de intelectuais das mais diversas áreas de conhecimento (economia, biologia, sociologia, geografia), além de organizações não governamentais, governos e organizações internacionais (FAO, IICA, CEPAL²). Nesse debate, predomina a preocupação de alguns setores da sociedade em relação à busca de um modelo de desenvolvimento econômico e social que esteja em harmonia com a natureza, permitindo a sustentabilidade e a vida das gerações futuras e por todos os países se espalham organizações que desenvolvem "práticas conservacionistas" e se encarregam das técnicas da "agricultura alternativa".

No Brasil essas idéias e práticas ganham espaço inclusive entre empresas capitalistas, como as fumageiras, que estão preocupadas com a conservação dos recursos naturais. Exemplo disto são os programas de "proteção ao meio ambiente", "conservação do solo", "diversificação da produção", "educação ambiental", "campanha de reflorestamento", "diminuição de uso de agrotóxicos" que desenvolve a Souza Cruz, junto aos produtores e comunidade na região fumicultora de Santa Cruz do Sul. Resta saber se a racionalidade econômica dessas empresas é compatível ou não com a busca de uma sociedade sustentável.

2. Os "marcos teóricos" da sustentabilidade

Para entender a dimensão do conceito de sustentabilidade agrícola devemos nos remeter à estratégia de desenvolvimento global que nos anos 70 e 80 ficou conhecido como *ecodesenvolvimento*³ e desenvolvimento sustentável, conceitos que são utilizados para expressar a preocupação de

²FAO: Siglas em inglês da Organização para a Agricultura e a Alimentação das Nações Unidas; IICA: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura; CEPAL: Comisión Económica para América Latina y El Caribe.

³O conceito de *ecodesenvolvimento* foi utilizado pela primeira vez em 1973 pelo canadense Maurice Strong "... para caracterizar uma concepção alternativa de política do desenvolvimento." Ignacy Sachs formulou seus princípios básicos que podem ser resumidos da seguinte maneira: "... a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação." (Brüseke, 1995: p. 30)

garantir as necessidades atuais sem comprometer a vida das gerações futuras.

Em última análise, a causa da crise ambiental está vinculada à dinâmica do capitalismo cuja apropriação da natureza tem como objetivo o aumento da produtividade através de diferentes fórmulas de artificialização.

A "definição oficial" de desenvolvimento sustentável, ou seja aquela que parte dos organismos internacionais como a FAO, está inserida em uma profunda controvérsia de caráter multidisciplinar e de perspectivas teóricas distintas: o pensamento liberal e o pensamento alternativo. (Sevilla, 1995)

Sevilla (1995) considera que o populismo russo é a primeira estratégia que desafia e apresenta uma proposta alternativa ao desenvolvimento capitalista. No quadro 1 apresentamos um conjunto de quadros teóricos conformados entre as orientações marxista e populista, a primeira a favor e a segunda contra o desenvolvimento capitalista na Rússia do século passado. Nesse contexto histórico e intelectual surgem os primeiros marcos teóricos do desenvolvimento rural, precursores do desenvolvimento sustentável. Paralelamente, no início do século XX surgem as perspectivas teóricas da vida rural americana e o neopopulismo e marxismo heterodoxo (Quadro 1). Nessas perspectivas encontramos políticas e ações que podem ser consideradas precedentes do desenvolvimento rural sustentável: o desenvolvimento comunitário e o movimento dos intelectuais por desenvolver uma prática junto ao povo. O desenvolvimento sustentável é gerado entre a segunda metade do século XIX e o período entre guerras, quando se produz a hegemonia da orientação teórica liberal da modernização agrária, a extensão da agricultura industrializada e a emergência da Revolução Verde.

Por sua vez, a emergência teórica do "desenvolvimento sustentável oficial" inicia-se na década de 70, quando a pressão ambientalista passa a ter um peso considerável nos países capitalistas centrais. É nesse contexto, de explosão ecológica, que surge a Conferência sobre Meio Ambiente Humano organizada em Estocolmo pelas Nações Unidas em 1972.⁴ Nessa Conferência se estabelecem os princípios norteadores do desenvolvimento sustentável. Esses princípios reconhecem que o subdesenvolvimento é a origem da degradação ambiental. (Sevilla, 1995)

⁴ No mesmo ano Dennis L. Meadows e outros pesquisadores publicam *Limites do crescimento*. A idéia central desse estudo é que se as atuais tendências de crescimento continuam inalteráveis os limites de crescimento no planeta serão alcançados nos próximos cem anos; porém é possível alcançar a estabilidade econômica e ecológica se se congela o crescimento da população e do capital industrial (Brüske, 1995).

Quadro 1: Marcos teóricos nas origens do desenvolvimento sustentável

Pensamento científico convencional	Pensamento alternativo
Marxismo ortodoxo	Populismo russo
Teoria da polarização social na agricultura (Karl Kautsky)	Teoria da "marcha atrás" através do cooperativismo (Nicolai Chernishevsky)
Proletarização do campesinato (Vladimir Lenin)	Sociologia subjetiva de "fusionar-se com o povo" (Nicolay Mikhailovskii)
Tradição americana da vida rural	Neopopulismo e marxismo heterodoxos
"Rururban Community" (Charles Galpin)	Teoria dos espaços vazios do capitalismo (Rosa Luxemburg)
"Continuum Rural-urbano" (Pitirim E. Sorokin, Carl C. Zimmerman)	Agronomia Social (Alexander V. Chayanov)
Ecologia Humana	Desenvolvimento histórico (último Marx, Teodor Shanin)
Folk-Urban Communities (L. Wirth/R. Redfield)	
Ecosistema (O. D. Duncan)	

Fonte: Sevilla, 1995

Nesse contexto surge a crise da perspectiva teórica da modernização agrária liberal, que tinha uma forte hegemonia no seio da tradição sociológica da vida rural. A crise dessa orientação teórica se explica a partir da crítica realizada pelas chamadas teorias alternativas: o neomarxismo e os estudos camponeses (Quadro 2) e também pelo fracasso dos projetos de desenvolvimento rural financiados pelo Banco Mundial. (Sevilla, 1995).

O marco teórico da agricultura sustentável, segundo Sevilla (1995) emerge na metade da década dos anos 80 com os trabalhos de Victor Toledo, Steephem R. F. Gliessman, Alba González Jacome no México e Joan Martínez e José M. Naredo na Espanha. Cabe salientar os trabalhos de Miguel Altieri da Universidade da Califórnia que possivelmente seja o sintetizador desse marco

teórico.

Quadro 2: Evolução dos marcos teóricos do desenvolvimento sustentável

Pensamento científico convencional	Pensamento alternativo
Modernização agrária liberal	Neomarxismo
Familismo amoral	Teoria da dependência Centro-periferia /economia mundo (A. Gunder Frank/I. Wallerstein)
Imagem do Bem Limitado (George M Foster)	Colonialismo interno (Pablo González Casanova, Michael Hechter)
Modernização dos camponeses (Everett Rogers)	Intercâmbio desigual/articulação Pierre-Philippe Rey
Capital agrário e altos insumos (Theodore Schultz)	Conscientização e trabalho socialmente produtivo (Paulo Freire/Francisco Gutierrez)
Teoria da mudança tecnológica induzida (Vernon Ruttan/Alain Janvry)	Pesquisa/ação/participativa (Orlando Fals-Borda) Etnodesenvolvimento (Rodolfo Stavenhagen)
Ecologia rural das sociedades adiantadas	Estudos Camponeses
Farming Systems Research Ecodesenvolvimento (I. Sachs)	Estrutura social rural (Galeski/ Shanin) Formas de exploração camponesa (Eric Wolf)
Sociologia ambiental (F. Butle)	

Fonte: Sevilla, 1995

3. A economia política do desenvolvimento sustentável

O instrumental conceitual e metodológico da teoria econômica é insuficiente na abordagem dos problemas do meio ambiente. Porém, observa-se uma tentativa de aproximação entre a economia, a sociedade e a natureza⁵, que pode levar à elaboração de uma economia política do desenvolvimento sustentável.

Para a construção de uma economia política do desenvolvimento sustentável deve-se partir do reconhecimento de que o atual sistema econômico baseado no mercado e em uma ineficiente intervenção do Estado é contraditório com a necessidade de conseguir um equilíbrio entre a produção material e a reprodução e conservação dos recursos naturais. Como disse Trigo (et alii, p. 46):

“A situação atual de deterioração dos recursos não resulta da perversidade de setores individuais da sociedade, e sim do fracasso do mercado em fornecer os índices adequados para o acionamento correto dos agentes econômicos e da ineficiência do Estado em programar e implementar intervenções que corrijam a situação.”

A economia de mercado ao tratar os serviços (fluxos) do capital ecológico como bens livres, está incentivando sua exploração indiscriminada. Os princípios da economia clássica supõem uma disponibilidade ilimitada de recursos naturais em um contexto no qual só os bens escassos têm valor (preços); portanto, as regras institucionais das economias capitalistas se ocuparam com pouco empenho do estabelecimento de critérios e mecanismos para corrigir essa situação.

Isto nos indica a limitação do mercado como mecanismo regulador do manejo dos recursos naturais. Igualmente a intervenção do Estado não tem significado uma alternativa eficaz na proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. A crise fiscal do Estado faz com que as políticas de recuperação de ecossistemas degradados, transferência de receitas como mecanismos corretores de externalidades, por exemplo, não figurem entre as alternativas a considerar.

⁵ Uma síntese das diferentes abordagens teórico-metodológicas da economia do meio ambiente encontra-se em Sekiguchi, et alii, 1995.

Algumas correntes ambientalistas, ao não discutir radicalmente (desde a raiz) o mercado como a base do sistema econômico, acreditam que a sustentabilidade possa ser obtida utilizando os mecanismos de mercado. Nessa perspectiva, os desequilíbrios ambientais que ameaçam a sustentabilidade podem ser reduzidos a um valor monetário (impostos, preços). Assim, as alterações quantitativas de preços/custos permitiriam um redirecionamento das atividades. (Werner, 1995)

Porém, as ferramentas teórico-metodológicas da Ciência Econômica, sobretudo da microeconomia, são insuficientes na harmonização do desenvolvimento sócio-econômico com a gestão racional dos recursos. O sistema de preços, por exemplo, não é adequado para resolver os problemas de destruição ambiental. A racionalidade econômica do capitalismo, leva às empresas a internalizar o lucro e externalizar os custos. Como calcular, por exemplo, o custo de poluição do meio ambiente? Alguns economistas neoclássicos propuseram que o custo de poluição de um lago deve ser equivalente ao custo do transporte da população afetada para o lago não poluído mais próximo. O que indica um forte reducionismo econômico. (Sachs, 1986)

Para outros autores o modelo de desenvolvimento sustentável deverá emergir de uma reorganização radical das relações sociais e da economia baseada no mercado. Nesse sentido, "...a busca de um padrão de desenvolvimento mais sustentável deve começar por reconhecer que muitos dos problemas surgem de deficiências próprias do conceito primário a partir do qual se organiza esse tipo de economia." (Trigo et alii, 1994: p. 50)

Outras interpretações consideram que a destruição sistemática dos recursos naturais não é simplesmente um efeito indesejado das estruturas de organização social vigentes, mas uma consequência inevitável de comportamentos racionais dentro do atual modelo de desenvolvimento. Disto se deriva que para um desenvolvimento sustentável são necessárias profundas mudanças e inovações nas estruturas políticas, econômicas e sociais. A racionalidade do modelo dominante associa o nível de bem-estar à disponibilidade de bens físicos por isto é que são tomados o produto interno bruto per capita e sua taxa de crescimento como indicadores do esforço das sociedades por satisfazer as necessidades dos seus membros.

Apesar da importância da disponibilidade de bens físicos para o bem-estar material da população, existem outros elementos como a disponibilidade de recursos ambientais no sentido amplo, tais como espaço, energia, recursos naturais (paisagens, água, ar puro, espécies animais e vegetais), disponibilidade

de tempo livre, distribuição de renda mediante outras formas de acesso aos bens, disponibilidade de emprego e um nível mínimo de segurança com relação ao futuro, sendo este um fator essencial para determinar nosso comportamento com relação aos bens escassos. É preciso encontrar um novo padrão que substitua o critério de crescimento do PIB como base única para a análise das políticas (Trigo, et alii, 1994). Trata-se de mudar qualitativa e quantitativamente o modelo vigente, tendo como objetivo central o melhoramento da qualidade de vida, mas nem sempre o crescimento produtivo.

A transição para o modelo de desenvolvimento sustentável presuppõe repensar o significado do conceito de *natureza* dentro dos paradigmas teóricos das Ciências Sociais. Para os economistas a natureza além de ser considerada infinita, carece de valor de mercado porque não é produto do trabalho humano. Sendo este um ponto comum entre os economistas clássicos e marxistas. A natureza segundo Marx deve ser dominada, transformada e colocada ao serviço das necessidades humanas. A ciência econômica tem se negado a reconhecer os limites naturais e a abordar sua relação com a natureza a partir uma perspectiva diferente.⁶

Atualmente existem no interior da Ciência Econômica duas formas de entender suas contradições com a natureza. Uma "otimista" que considera possível aperfeiçoar a teoria econômica para dar conta desse "novo desafio"; outra, chamada de "pessimista", que considera que a Ciência Econômica não será capaz de incorporar no seu esquema teórico, a preocupação ambiental (Veiga, 1994).

A maioria otimista reduz a questão ambiental a desequilíbrios na alocação dos recursos e que podem ser superados ou resolvidos através da taxação dos recursos. Acreditam que incorporando o custo que a atividade empresarial inflige à natureza se estabelecerá o equilíbrio entre o ótimo individual e o ótimo coletivo. Dessa forma o lucro continuará a ser a alavanca do desenvolvimento preservando o mercado como mecanismo regulador. Para os "economistas otimistas" trata-se de encontrar um novo sistema de preços que reflita de maneira correta as características dos bens e serviços do

⁶ Sobre este ponto resulta bastante ilustrativa a citação de Kautsky (1980, p. 102): "...os meios de produção criados pelo trabalho humano se desgastam (física e moralmente); moralmente se desgastam por novas descobertas e cedo ou tarde deixam de existir. Precisam ser constantemente renovados. O solo, ao contrário, é indestrutível e eterno - ao menos em relação à sociedade humana."

capital ecológico e a relativa escassez em toda sua dimensão, permitindo ainda a tomada de decisões fundamentais sobre como utilizar os recursos naturais de que dispomos. Para eles a determinação monetária dos elementos do meio ambiente constitui o único caminho possível para que se alcance um planejamento eficaz do Estado e das empresas.

Os "pessimistas", por sua vez, questionam a validade de preservar os recursos naturais a partir da determinação de preços da degradação ambiental. Como calcular o preço da erosão dos solos e da contaminação dos rios? A sua preocupação central está na irreversibilidade dos processos naturais. Como disse (Veiga, 1994, p: 17):

"...reduzir os desgastes ambientais a simples custos de reposição, ou tentar estimá-los por meio de preços fictícios que lhes atribuem as sondagens, equivale a deixar de lado o essencial, uma vez que se trata de estragos nos mecanismos que asseguram a reprodução da biosfera. O fim de uma floresta, de um mar, ou de uma espécie não é apenas o desaparecimento de um eventual valor mercantil, mas, sobretudo, o fim de determinadas funções em um meio natural."

Contudo, observa-se uma tendência, ainda que fraca, na busca de uma reconciliação da Ciência Econômica com a natureza e a possibilidade de ampliar seu campo de análise incorporando os "bens livres"⁷. Algumas "escolas de economia ambiental" estão preocupadas em construir "outros sistemas de representações mais aptos para registrar as dotações de recursos naturais e ilustrar seu comportamento". (Naredo apud Veiga 1994: p. 66-70)

4. Da agricultura convencional à agricultura sustentável

A transformação ou substituição de um modelo de desenvolvimento para outro supõe um processo de transição que algumas vezes caminha a passo lento e em outros momentos podem trazer mudanças bruscas e qualitativamente diferenciadas. Esse processo de transição significa a conversão de uma agricultura desequilibrada ou tradicional (produção familiar voltada para o autoconsumo

⁷ Bens que são necessários aos indivíduos e que não são produto do trabalho humano.

e com uso limitado de insumos externos à propriedade) para uma agricultura ecológica e socialmente equilibrada. Esse processo de transição é prolongado e é difícil definir o prazo necessário para que os rendimentos do novo modelo se equiparem ao nível dos rendimentos da agricultura convencional.

A agricultura sustentável pode ser considerada um anseio cujo prazo de realização é imprevisível ainda que o mais importante seja que o processo de transição está em curso, "...no qual é possível identificar duas grandes limitações: o incipiente desenvolvimento da abordagem sistêmica sobre a produção agrícola e a timidez das pressões sociais pela salubridade dos alimentos e conservação dos recursos naturais." (Ehlers, 1994, p.4) Segundo Guivant, (1995, p. 115) "...a estimativa é de um período de três a quatro anos".

Autores como (Veiga, 1994), (Ehlers, 1994) e (Sachs, 1994), entre outros, analisam as dificuldades e as premissas do processo de transição para o desenvolvimento sustentável. Sachs (1994) por exemplo, indica quatro premissas básicas nesse processo de transição: a) deverá cobrir um período de várias décadas; b) os países industrializados deverão assumir uma fatia mais que proporcional dos custos de transição e do ajuste tecnológico; c) capacidade institucional para redirecionar o progresso tecnológico e d) mudanças no estilo de vida.

Por sua vez, a busca desse novo modelo de desenvolvimento implica a conceituação de agricultura sustentável. A falta de uma definição clara e precisa é um dos entraves que devem ser superados no processo de construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. A nível geral o conceito de sustentabilidade significa uma reorganização das relações essenciais da sociedade e uma redefinição das ações dos governos, das empresas e das instituições de pesquisa e de ensino. Nas palavras de Trigo (Trigo et alii, 1994) é necessário reconciliar aspectos econômicos e sociais com as características biofísicas dos recursos naturais e à própria capacidade dos distintos ecossistemas em responder à demanda das sociedades humanas.

Existem muitas definições e interpretações sobre o desenvolvimento sustentável, muitas vezes contraditórias, que contribuem para gerar confusão e criar uma atmosfera obscura sobre esse tema relativamente novo. Porém, segundo Veiga (Veiga, 1994), a maior parte dessas definições coincidem nos seguintes elementos: manutenção a longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; minimizar os impactos adversos ao meio ambiente; retorno econômico adequado aos produtores; otimização da produção com um mínimo de insumos externos; satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda e atendimento das necessidades sociais das famílias e das

comunidades rurais.

Dos elementos anteriormente definidos podemos inferir de que há uma clara preocupação tanto pela conservação dos recursos naturais como pela solução dos problemas sociais. Autores como Altieri (Altieri, 1995) são mais explícitos ao afirmar que o desenvolvimento sustentável deverá garantir a igualdade social. Para ele, o desenvolvimento sustentável deverá contribuir para a igualdade social e, para que isto aconteça, os mecanismos políticos deverão incentivar a substituição de capital por mão-de-obra, reduzir os níveis de mecanização e o tamanho das propriedades, diversificar a produção agrícola e dar ênfase à participação dos produtores no processo de desenvolvimento.

Da mesma forma, outros autores como Nijkam (apud Veiga, 1994), consideram que a agricultura sustentável além dos aspectos ecológicos (manutenção das características dos ecossistemas a longo prazo) e do aspecto estritamente econômico (renda suficiente para que o manejo continue atraente), deve também implicar a busca da justiça social (distribuição dos benefícios e dos custos).

Porém, pode existir desenvolvimento sustentável sem igualdade social? É irreconciliável o desenvolvimento do capitalismo com a sustentabilidade? Por enquanto nada indica que não possa existir um desenvolvimento sustentável do capitalismo. "Esse admirável mundo verde alternativo será por acaso mais justo?", pergunta-se Silva (Silva, 1993: p. 19). Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável expressa a extensão da tomada de consciência das elites sobre a problemática dos limites naturais. O qualificativo de sustentável é um aperfeiçoamento do conceito de desenvolvimento ou "...estaríamos reconhecendo a necessidade de sua negação/superação?" (Veiga, 1993: p. 149).

Portanto, se se reconhece a possibilidade da continuidade do desenvolvimento capitalista "... é perfeitamente viável que se crie um Estado Verde, igualmente capitalista, que preserve a natureza (...) pode-se até mesmo conceber um modelo de acumulação perpétua em que uns capitalistas malvados poluem e outros capitalistas bonzinhos fabricam equipamentos antipoluentes socializando seus custos via impostos indiretos." (Silva, 1993: p. 19)

Desde outra perspectiva, há interpretações que consideram a agricultura sustentável como um fim e não como um meio para alcançar uma sociedade menos desigual. Nessas interpretações a igualdade social fica excluída como uma característica essencial do desenvolvimento sustentável. "A agricultura sustentável não constitui um conjunto de práticas especiais, mas sim um objetivo: alcançar um sistema produtivo de alimentos e fibras que: a) aumente

a produtividade dos recursos naturais e dos sistemas agrícolas, permitindo que os produtores respondam aos níveis de demanda engendrados pelo crescimento populacional e pelo desenvolvimento econômico; b) produza alimentos saudáveis e nutritivos que permitam o bem-estar humano; c) garanta uma renda líquida suficiente para que os agricultores tenham um nível de vida aceitável e possam investir no aumento da produtividade do solo, da água e de outros recursos; e d) corresponda às normas e expectativas da comunidade." (National Research Council apud Veiga, 1993:p.3)

Por outro lado, as propostas de uma agricultura alternativa (agricultura orgânica, agricultura natural) vem de longa data mas ficaram até hoje reduzidas a pequenos grupos sem nenhuma ou pouca influência nos processos de desenvolvimento das sociedades. Será que chegamos ao momento histórico em que tais propostas poderão se tornar alternativas reais de desenvolvimento? Que condições tecnológicas, políticas e econômicas serão necessárias?

5. Os atores sociais do desenvolvimento sustentável

No debate sobre agricultura sustentável, predominam os argumentos que associam o desenvolvimento sustentável à agricultura familiar⁸, considerando-a o grupo social que pelas suas condições de produção e sua lógica econômica de reprodução simples, é capaz de realizar a transição com maior facilidade para um modelo de desenvolvimento sustentável.

Em outras palavras, o fim último da produção da agricultura familiar, ou seja, a sua reprodução como grupo social, parece ser a base sobre a qual se construirá o desenvolvimento sustentável. Do que se deriva que o lucro, como meio da acumulação do capital, se apresenta como contraditório e excludente

⁸ A distinção dos conceitos de camponeses e agricultores familiares não está clara ainda na literatura especializada. Para Tchayanov (apud Lamarche, 1993) o modelo camponês caracteriza-se por: sua inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; o trabalho familiar não pode ser avaliada em termos de lucro; os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca. Lamarche (1993: p.104) considera a agricultura familiar produto da história do campesinato e "(...) é a expressão de uma articulação sempre particular da família e da exploração ou do empreendimento agrícola (...)." O conceito de agricultura familiar expressa a ideia de uma identidade entre família e exploração. A unidade de produção é um grupo de trabalho familiar, unidos por laços de parentescos e que se renova sobre a base das relações familiares. A propriedade fornece um retorno permitindo a subsistência do grupo e (...) representa um patrimônio cuja transmissão aparece como um objetivo essencial das estratégias do grupo familiar.⁹

de um desenvolvimento sustentável. Em resumo, as posições que defendem os agricultores familiares (antigos camponeses) como sujeito histórico do desenvolvimento, nos fazem concluir que a lógica do capital é antagônica com o desenvolvimento sustentável. Apesar disso, existe a possibilidade de um capitalismo que, para continuar a reproduzir-se, implemente ações e desenhe políticas que visem minorar a destruição dos recursos naturais e o ambiente.

Porém não há consenso sobre quem são os atores sociais do desenvolvimento sustentável. Algumas pesquisas procuram identificar o comportamento dos diferentes atores sociais diante das práticas agrícolas sustentáveis. Então qual é o perfil do adotador?

A preocupação por conhecer o perfil do adotador das práticas sustentáveis tem estado presente nas pesquisas recentes das ciências sociais. A nível geral pode-se concluir que aqueles que praticam a agricultura sustentável (adubação orgânica, conservação do solo, etc.) o fazem por influência de uma filosofia de vida ou uma religião, buscam como reduzir os custos de produção, desejam atender a demanda de produtos limpos de agrotóxicos, ou procuram o equilíbrio dos ecossistemas (Guivant, 1995).

Podemos afirmar que os pesquisadores da agricultura sustentável chegam a conclusões diferentes no que se refere a quem são os atores sociais mais sensíveis à adoção das práticas sustentáveis. Para uns são os médios e pequenos proprietários rurais os mais abertos a adotar essas práticas, no entanto para outros são os grandes proprietários. Para Taylor e Miller (apud Guivant, 1995) os mais abertos à adoção são aqueles que têm status sócio-econômico inferior, menos preocupados com os lucros e também os menos cosmopolitas, mais dedicados à vida do campo, passando menos tempo fora de suas propriedades. Observa-se que morar fora da propriedade, ter um trabalho de meio-período externo ou arrendar a terra trabalhada são variáveis que influenciam a adoção de práticas agrícolas não-sustentáveis.

Pelo contrário, Heffernan e Green, e Novak (apud Guivant, 1995) consideram que não há relação direta entre pequenos proprietários rurais e adoção de práticas sustentáveis. Para eles seriam os grandes proprietários rurais os potenciais adotadores, ao contar melhores condições de adquirir novas máquinas e insumos de capital intensivo para reduzir, por exemplo, o problema da erosão dos solos. Esses produtores são os que consideram a agricultura como uma atividade empresarial e não necessariamente um modo de vida. Outras razões que podem levar os grandes proprietários à conservação dos ecossistemas: suas propriedades situam-se geralmente em regiões mais férteis, de melhor qualidade e sem encostas de difícil acesso, enquanto que os

pequenos proprietários rurais, com menos recursos, obrigados a produzir em terras de menor qualidade e péssima localização, acabam tendo um maior desgaste dos solos e supondo que eles tenham preocupação ecológica, em relação a sua terra, não teriam condições econômicas para implementar essas práticas. Os grandes proprietários, ainda que não tenham preocupações ecológicas, teriam condições econômicas necessárias, acesso às informações adequadas e maiores possibilidades para viabilizar essas práticas.

Os grandes proprietários do sul do Brasil orientam-se por motivos pragmáticos, visando reduzir os custos de produção para a adoção de práticas sustentáveis. Por outro lado, as pesquisas sobre agricultura sustentável realizadas por agências públicas como, por exemplo, EMBRAPA tendem a favorecer os grandes proprietários rurais. O manejo integrado de pragas, por exemplo, tem sido muito mais pesquisado junto às lavouras realizadas em sistemas de monoculturas, em grandes extensões rurais, como as de soja, trigo e algodão. A olericultura, pelo contrário, praticada fundamentalmente por pequenos e médios proprietários rurais, vem recebendo apenas limitada atenção regional (Guivant, 1995).

Contudo a afirmação anterior deve ser relativizada porque sem dúvida há pesquisas, inclusive, da mesma EMBRAPA, que se orientam para a pequena e média propriedade, porém constata-se fortes limitações na extensão dos resultados das pesquisas. A extensão rural no Brasil tem diminuído seu componente técnico para dedicar-se a assuntos sociais. Redefinir o papel da pesquisa e da extensão é um requisito básico da transição para a agricultura sustentável.

No debate sobre desenvolvimento sustentável na agricultura identificam-se duas tendências (sem dúvida existem outras). Uma que poderíamos denominar de "utópica" e a outra de "capitalismo verde". Na primeira, o velho conceito de "camponês" é substituído pelo conceito de "agricultura familiar". Na literatura da década dos anos 70 e dos anos 80 o conceito de "agricultura camponesa" estava presente de forma constante nos autores que estudavam a questão agrária. Porém, de repente esse conceito literalmente "sumiu" da literatura brasileira especializada em questões agrárias, para dar lugar a um novo conceito, o da "agricultura familiar", sem que até agora, existisse uma discussão teórica que justificasse a passagem de um conceito para outro. Do que poderíamos supor que o conceito de "camponês" tivesse uma conotação ideológica e não científica. O que haveria de se perguntar é até que ponto o "novo" conceito de "agricultura familiar" também tem essa conotação mais ideológica que científica.

Desde uma perspectiva estritamente ecológica, autores como Werner (Werner, 1995: p.114-15) argumentam que "a agricultura tradicional" está diretamente ligada ao tempo biológico da biosfera, acontecendo uma relação harmoniosa entre o "tempo social e o tempo biosférico." O capitalismo provoca um descompasso entre o tempo geológico e o tempo biológico. O tempo geológico da Terra tem significado fortes mudanças da vida sobre a terra. O tempo biológico da biosfera sempre esteve perfeitamente adaptado para fazer face e influenciar estas mudanças. A própria capacidade de constituição dos ciclos materiais e energéticos perfeitos está diretamente ligada a este tempo biológico da biosfera. "

Outro argumento utilizado por Werner a favor da "agricultura tradicional" diz respeito a que a agricultura comercial só se sustenta pelo uso contínuo de insumos de baixa entropia (fertilizantes), trazidos de longa distância, enquanto que na agricultura tradicional os ciclos se realizam a nível local: crescimento das plantas e transformação material com ajuda de energia solar, via fotossíntese, levando a um consumo que resulta em detritos materiais reciclados localmente. Na agricultura comercial os detritos se transformam em lixo e esgoto.

Para Werner (1995:p. 115) a aceleração do tempo no sistema capitalista provoca o descompasso entre "... o tempo de regeneração e formação da biosfera e o tempo de consumo e de sua transformação em produtos não-recicláveis (alta entropia) por parte do subsistema econômico." Nesse sentido o descompasso temporal que acontece no capitalismo é central para a discussão sobre a sustentabilidade ou não do sistema capitalista.

6. Conclusões

Ainda está para ser construído o marco teórico do desenvolvimento sustentável. Como vimos, alguns autores como Sevilla (1995) fazem um esforço no sentido de reconstruir a gênese e a evolução da teoria da sustentabilidade para compreender os alcances, os limites e a aplicabilidade desse novo paradigma.

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável para a agricultura implica repensar as formas de produção e a (re)definição das relações entre produtores e natureza.

Ainda não existe consenso sobre os atores-chave desse novo modelo de desenvolvimento, para muitos é a pequena agricultura familiar, para outros são as empresas capitalistas, o que mostra a necessidade de realizar pesquisas que objetivem comparar o comportamento dos diferentes setores sociais

diante das práticas agrícolas sustentáveis.

Os estudiosos do tema parecem concordar em que, no processo de transição do modelo vigente para um modelo sustentável, é necessário adotar uma estratégia que possibilite a combinação adequada dos recursos naturais, genéticos, técnicos e humanos. É preciso levantar as características sócio-econômicas das propriedades rurais, a história de seu desenvolvimento e as necessidades das famílias rurais.

Por último queremos salientar um aspecto conflitante entre os autores que discutem o tema: se é possível ou não a construção da sustentabilidade no sistema capitalista. Como vimos a tendência que denominamos de "capitalismo verde" considera possível que o capitalismo continue a se reproduzir aderindo à "sustentabilidade" como um novo "estilo" de desenvolvimento que respeite os limites naturais, o que implica reconhecer o caráter finito dos recursos. Nesta perspectiva, a acumulação capitalista parece compatível com a conservação dos recursos naturais. Pelo contrário, para outros autores a racionalidade econômica do capitalismo é contraditória com a sustentabilidade. O não reconhecimento desse caráter irreconciliável explica as limitações de algumas propostas como as do Club de Roma⁹. Os partidários da taxa zero de crescimento ficam presos a uma falsa alternativa: crescimento ou qualidade do meio ambiente.¹⁰ É uma falsa alternativa porque mesmo com um crescimento econômico zero, continuaria a destruição dos recursos naturais e do meio ambiente, por causa da racionalidade econômica do capitalismo. A racionalidade das necessidades sociais terá que substituir a racionalidade econômica do

⁹ Sobre as propostas do Club de Roma ver Meadows, Donella et alii. Limites do crescimento. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978

¹⁰ Para uma crítica das teses do Club de Roma ver Sachs, Ignacy. Ecodesenvolvimento - crescer sem destruir São Paulo: Editora Vértice, 1986

capitalismo, só dessa forma poderá ser possível uma sociedade sustentável.

BIBLIOGRAFIA

- ALTIERI, Miguel. Bases agroecológicas para una producción agrícola sustentable. IN: Conferência Internacional "Tecnologia e desenvolvimento sustentável" 18 a 22 de setembro de 1995.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. IN: Cavalcanti, Clóvis (org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Joaquim Nabuco, 1995
- CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Joaquim Nabuco, 1995
- DONELLA H. Meadows et alii. *Limites do Crescimento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978
- EHLERS, Eduardo Mazzaferro. *O que se entende por agricultura sustentável*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, USP. São Paulo, 1994.
- FAO-INCRA. *Diretriz de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília, 1994.
- GUIVANT, Julia Silvia. A agricultura sustentável na perspectiva das Ciências Sociais. IN: Viola, Eduardo et alii. *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- LAMARCHE, Hughes (coord.). *A agricultura familiar*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993.
- MARTÍNEZ, Joan & Schlupmann, Klaus. *La ecología y la economía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- SALLES, Sérgio Luiz Monteiro. *A dinâmica tecnológica da agricultura: perspectivas da biotecnologia*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1993.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento - Crescer sem destruir*. São Paulo: Editora Vértice, 1986

- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. IN: Bursztyn, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SEKIGUCHI, Celso, et alii. Agenda para uma economia política da sustentabilidade: potencialidades e limites para o seu desenvolvimento no Brasil. IN: Cavalcanti, Clóvis (org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Joaquim Nabuco, 1995.
- SEVILLA, Eduardo. *Origen, evolución y perspectivas del desarrollo rural sostenible*. Conferência Internacional "Tecnologia e desenvolvimento sustentável" 18 a 22 de setembro de 1995, Porto Alegre, UFRGS, 1995.
- SILVA, José Graziano da. Entrevista. IN: *Agricultura sustentável*. vol. 1, jan-abr., Jaguariúna, São Paulo: EMBRAPA-CNPMA, 1994
- SILVA, José Graziano da. Uma agricultura alternativa ou um capitalismo verde IN: *Ciência & Ambiente*, ano iv, No. 6, janeiro-junho, Santa Maria: Editora da UFSM; Ijuí: Editora da UNIJUI, 1993
- TRIGO, Eduardo et alii. Bases para uma agenda de trabalho visando o desenvolvimento agropecuário sustentável. IN: *Estudos Econômicos*, vol. 24 - Número Especial, São Paulo, 1994
- VEIGA, José Elí da. A insustentável utopia do desenvolvimento. IN: Lavinás, Lena (org.) *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993
- VEIGA, José Elí da. Problemas da transição à agricultura sustentável. IN: *Estudos Econômicos*, vol. 24 - Número Especial, São Paulo, 1994
- WERNER, Andri Stahel. Capitalismo e Entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. IN: Cavalcanti, Clóvis (org.) *Desenvolvimento e natureza*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995